



Banhada pelo rio Piraquê-açu e pelas águas do mar, região possui bela topografia, extenso manguezal e rico sistema ambiental costeiro e marinho

## SANTA CRUZ, PATRIMÔNIO CULTURAL E AFETIVO

Antropóloga destaca o papel histórico da bucólica vila de Aracruz, que, após viver seu auge no século XIX, atravessa décadas silenciadas de investimentos públicos

MAURÍCIO FRANÇA

A histórica Vila de Santa Cruz comemorou 457 anos em 15 de agosto. Situado a 60 km da capital Vitória, o lugar ainda apresenta traços que possibilitam reconhecer sua unicidade, sendo um patrimônio material e simbólico que merece destaque no Estado, seja por suas características naturais e culturais, ou pela representatividade política, social e econômica para a Província do Espírito Santo, nos séculos XIX e XX.

Este lugar de memória apresenta região bucólica, banhada tanto pelo Rio Piraquê-açu, quanto pelas águas do mar. Possui bela topografia, extenso manguezal e rico sistema ambiental costeiro e marinho, fontes de água mineral, além de potencial gastronômico. Dos tempos áureos de sua economia portuária (1860), passando pelo memorável período da travessia de balsa, até a chegada da Base Oceanográfica da Universidade Federal do Espírito Santo (2007), já são décadas silenciadas de olhares e investimentos públicos.

Santa Cruz foi fundada em 1556 como Aldeia Nova e, em 1837, pela Lei Provisória nº 5, torna-se freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldeia Velha. Em outras palavras, uma paróquia com status de distrito territorial durante os períodos colonial e imperial. Em 1848, é elevada à categoria de município. Anos mais tarde, pelo Decreto Estadual nº 19,

de 18 de março de 1891, a vila de Santa Cruz é elevada à categoria de cidade. (Fonte: Censos Capixabas APEES)

A Vila dispõe de importantes fatos para adensar os registros históricos capixabas, tendo em vista os amplos crescimento econômico e desenvolvimento político. E já foi considerada uma das comunidades mais prósperas da Província por alguns anos. Embora, por outro lado, a situação educacional do município estacionara seguindo o quadro geral da Província.

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o desenvolvimento de Aldeia Velha se deveu principalmente ao seu porto, por onde escoavam produtos da terra, agrícolas e de pecuária, além de madeiras de lei, peixe salgado, farinha de mandioca, e as produções dos grupos indígenas. Esses produtos advinham do interior da província, havendo ainda aqueles originários da sua própria região, como açúcar e cachaça. A respeito da produção econômica, da estrutura ocupacional e da prosperidade santa-cruzense, o historiador Coutinho (2006) afirma:

“Os habitantes da vila eram praticantes da pesca, fabricantes da louça de barro e cultivadores de excelentes laranjas que exportavam para outras províncias. As terras da região, consideradas bastante produtivas desde o início da colonização, são reconhecidas como de primeira e atraem lavradores,



Prédio que recebeu a visita de D. Pedro II e onde funcionou a antiga prefeitura

ocupando seus moradores no corte de madeira, na plantação de café, da cana-de-açúcar e de cereais, que exportavam para o Rio”. (p. 216)

Alguns meses após a visita do Imperador Pedro II, em 1860, a Lei Provincial nº 21 criou a Comarca de Santa Cruz, com jurisdição sobre os municípios de Reis Magos, Santa Cruz e

Linhares, com sede na Vila de Santa Cruz. Ainda que diante de uma “queda de braço” entre as lideranças agrário-políticas e alianças com autoridades da capital.

Toda essa história se constituiu com a participação de seculares habitantes de distintas etnias indígenas. Enquanto a presença de mão de





ADRIANA MORI

obra escrava representava 10,5% da população, que em 1878 era de 4.473 habitantes. Embora massacrados pelos colonizadores, forçados ao trabalho escravo e/ou convertidos à fé cristã, estes grupos contribuíram de forma ímpar para a formação e constituição do patrimônio sociocultural e político do município.

Devido ao seu progresso, o município recebeu alguns estrangeiros. Dentre estes, em 1851, o empreendedor italiano Pietro Tabacchi. Já em 1874, outros imigrantes italianos trazidos por Pietro engrossaram o contingente populacional santacruzense, dando-lhe outras características. (Coutinho, 2006).

Contudo, seguindo o movimento dos interesses políticos, local e regional, e os deslocamentos econômicos, os tempos de prosperidade do Núcleo Colonial de Santa Cruz, intermitentes desde 1904, duraram até o final da década de 1940. A falta de investimentos era crescente e o período de estagnação aumentava a cada ano. Devido, principalmente, à inexistência de estradas que ligassem o interior ao porto, ao desligamento e à emancipação de algumas regiões, à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, além da perda do prestígio político no contexto estadual, a cidade acaba diminuindo a sua intensidade econômica e política. Ademais, a situação se agravava à medida que os italianos se deslocavam para o interior em busca de terras disponíveis, fundando novos assentamentos e diminuindo o dinamismo na região litorânea.

## Isolamento

Nesse sentido, o processo de isolamento culminou, em 1948, a partir de uma Resolução da Câmara Municipal, com a remoção da sede do município para Sauaçu, atual município de Aracruz (que na língua Tupi significa Santa Cruz). Conforme Coutinho, esta mudança não foi aceita pela comunidade santa-cruzense, e a Comarca só foi efetivamente “transfe-



A travessia de balsa sobre o rio Piraquê-açu funcionou até o ano de 1987

rida” após três anos, onde Santa Cruz deixa de ter a atribuição de cidade, tornando-se novamente uma vila.

Como diz Baudelaire: “A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal” (apud LE GOFF, 1998). Portanto, essa breve viagem ao passado deve-se, em grande medida, à necessidade de se agir localmente às aceleradas transformações paisagísticas, ambientais, sociais, dentre outras, fruto do atual modelo de desenvolvimento econômico. E assim possibilitar a manutenção dos vínculos intergeracionais e dos encontros entre os todos os cidadãos, representativos da comunidade santa-cruzense.

A preservação de um bem cultural se articula ao seu conhecimento e ao seu uso social. Inclui monumentos históricos, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem, peças arquitetônicas e tradições orais e materiais da cultura popular, dentre outros. Sugere, ainda, uma postura de proteção a quem possui o patrimônio,

seja ele particular ou órgão público.

Desse modo, a cidade de Santa Cruz é um bem constitutivo da consciência, das negociações e disputas relacionadas à memória e às identidade sociais. E que merece ser cuidado, guardado, valorizado. Um patrimônio abandonado, que deve ser celebrado e preservado!

## Aniversário de 457 anos

### Clube do Vinil participa da festa

O movimento da gente de Santa Cruz realiza hoje mais um evento de história e memória, inspirado no aniversário de 457 anos da Vila. Será na frente do Casarão (antiga prefeitura). Com isto, visamos estimular a participação cidadã, o fortalecimento da cultura, da identidade local e da autoestima, bem como o desenvolvimento sociocultural por meio da valorização do patrimônio e da memória social. E, assim, mostrar a importância de nossa querida Santa Cruz! A festa inclui mostra fotográfica do acervo dos moradores (15h), banda de Congo (17h), exibição de vídeo (18h), lançamento de livro (19h) e apresentação do Clube Capixaba do Vinil (20h).

## UMA CRÔNICA

# Viver de novo as sensações emocionadas

de JOÃO AMORIM COUTINHO

Memória e cheiro, lembrança de odores voláteis, fugazes e embriagantes, imagens velozes, flashback sem edição nem controle... Acordo com a voz de Geovana avisando que chegamos. Repedindo melodicamente algo como “esse visual da chegada é único, não me canso de falar, ainda mais com maré baixa e com essa intensa maresia...” É sua marca registrada que me encanta sempre que o carro desliza do asfalto para a trepidação dos paralelepípedos que anunciam Santa Cruz, a partir do trevo que desvia a estrada contornando a cidade e atravessa a ponte sobre o rio Piraquê-açu.

Foi a soma dessas sensações emocionadas que me tomam em toda chegada que certamente me levaram a aceitar os desafios de empreitadas sempre adiadas, de aceitar sem temores difusos o mergulho de volta a essa espécie de útero morno e aconchegante, aspirando fundo a maresia úmida e agridoce que a suave viração sopra religiosamente, todo preguiçoso fim de tarde...

Viver de novo, real e profundamente, as coisas e cheiros, fatos e histórias, registros públicos ou pessoais, as memórias guardadas ou quase perdidas da minha, da sua, das nossas vidas, da nossa Santa Cruz. O casarão abandonado que já foi sede do poder, foi Câmara, cadeia, correios, escola ou salão de imemoriais carnavales, é o símbolo arquitetônico, o ícone dessa luta pelo resgate do respeito e do orgulho de ser e/ou de sentir-se santa-cruzense.